



Culturas indígenas na sala de aula

Muito tem sido escrito sobre os povos indígenas no Brasil desde aquele 22 de abril de 1500, quando as caravelas portuguesas aportaram pela primeira vez nestas terras. Este fato inicial, na perspectiva europeia, é chamado de “descobrimto”, mas na perspectiva dos povos indígenas constituiu uma “invasão”. Este pedaço de terra encontrado, invadido, colonizado, recebeu o nome de Brasil e os seus habitantes foram chamados de índios.

Os primeiros escritos sobre o Brasil foram feitos por viajantes europeus e por missionários, nas primeiras décadas da colonização das terras brasileiras. Naqueles textos inaugurais, tal como a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, o Brasil era retratado como terra abundante, fértil, plena de riquezas e de recursos. Os povos indígenas, habitantes destas amplas paisagens, eram descritos como tendo “bons rostos e bons narizes”, com uma farta produção de alimentos e ampla cultura material. Posteriormente, os escritos europeus começam a retratar um lugar ameaçador, a ser desbravado e transformado pelas mãos dos europeus. E rapidamente aquele encantamento inicial foi dando lugar a outros relatos, nos quais era preciso justificar a violenta ocupação das terras e o projeto colonial genocida. Assim, os

povos indígenas passaram a ser narrados como bárbaros, primitivos, selvagens, sem lei, sem fé, sem regras. Desse modo, o projeto colonial chega a esses povos como se fosse um presente, uma espécie de redenção, uma ajuda para que esses bárbaros, carentes de civilização, pudessem encontrar também a salvação.

Nestes séculos, muita coisa mudou no país, mas muitas dessas ideias sobre os povos indígenas ainda prevalecem nos textos escolares. Embora as formas de violência e de apropriação dos recursos e das riquezas naturais sejam agora um pouco mais sutis, elas não têm sido menos eficazes. E quem perde, ainda, são os povos indígenas.

INDÍGENAS NO BRASIL

População total – 896.917

População rural – 572.083

População urbana – 324.834

Em Terras Indígenas – 517.383

Fora das Terras Indígenas – 379.534

305 povos indígenas conhecidos

Mais de 90 grupos de indígenas livres (que não têm contato com a sociedade envolvente)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Um importante pesquisador latino-americano, chamado Jesús Martín-Barbero, afirma que, embora os indígenas já não vivam apenas em áreas distantes e, vários deles, estejam muito próximos, fisicamente, dos centros urbanos, os significados sobre eles seguem, em boa medida, entrincheirados em concepções folclorizadas. Para ele, a questão indígena esteve, por muito tempo, impregnada de um pensamento populista e romântico que identificou o indígena como parte de uma cultura nacional unificada, nação esta imaginada como sendo a síntese de um harmonioso encontro entre brancos, negros e índios. O pensamento romântico também responde por certas imagens de indígenas ora altivos e livres, ora cativos e leais aos colonizadores, sujeitos nobres e puros de sentimento, pessoas incapazes de ação e iniciativa. As representações mais comuns sobre os povos indígenas são fixas e estão vinculadas ao passado: “os índios viviam...” e “os índios caçavam e pescavam...”. Em boa medida, a noção de que os índios são criaturas do passado aciona também a noção de primitivo, como se suas culturas fossem anacrônicas, paradas no tempo, e não se transformassem, imunes ao dinamismo que caracteriza toda e qualquer cultura humana.



Jovens Guarani-Kaiowá do grupo de rap Brô MC explicitam o dinamismo das culturas

Contudo, inegavelmente, as culturas indígenas se transformam, se atualizam, reinventam tradições, agregam novos saberes. Os povos indígenas não estão imunes às mudanças que vivemos nestes tempos em que se globalizam imagens, mensagens, conhecimentos, tecnologias. Mas esses processos devem ser pensados dentro das contradições que lhes dão forma, ou seja, não se pode pensar que as condições gerais e o acesso aos recursos e bens culturais são igualitários. Ao contrário, em muitas circunstâncias ampliam-se as desigualdades e as violências contra os direitos indígenas.

O antropólogo argentino Néstor Garcia Canclini propõe pensar as mudanças nas culturas indígenas a partir de três planos: o primeiro diz respeito às pressões que vêm de fora, derivadas do empobrecimento progressivo, da perda das terras e de recursos para a sobrevivência; o segundo é atinente às mudanças que operam desde dentro, ou seja, que se ligam às transformações nas práticas cotidianas, nas formas de viver, de organizar o trabalho e as relações sociais; e, por fim, o terceiro plano concerne às políticas de identidade, que se expressam nos movimentos indígenas de luta pela terra, pela autoafirmação étnica, pelo direito de representação política, pelo direito de narrar suas próprias histórias, de escrever seus livros, de organizar suas escolas, etc.

Pensando nas condições atuais, é preciso considerar a crescente presença indígena nos centros urbanos, contexto em que se mescla a experiência de vida em comunidade a outra, de inserção numa sociedade individualizada. É preciso considerar também o protagonismo dos povos indígenas para a implementação das políticas públicas e pelo respeito

aos seus direitos constitucionais. Suas mobilizações, atos e ações coletivas são veiculados pela mídia impressa, radiofônica e televisiva, além das redes sociais, tanto no Brasil como no exterior.

É preciso ainda dar visibilidade à pluralidade de formas de pensar e de viver dos povos indígenas. Na atualidade, se em termos estatísticos a população indígena é pouco representativa, correspondendo a algo em torno de 0,6% do total de brasileiros, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em termos socioculturais ela é espantosamente diversa. São 305 diferentes povos indígenas no Brasil contemporâneo, além de quase 100 grupos de indígenas vivendo em isolamento voluntário em relação à cultura ocidental. Além do português, existem no Brasil 274 outras línguas. Aliás, é interessante observar que 17,5% da população indígena no Brasil não fala português.

Em função da evidente desigualdade social existente no Brasil e das formas discriminatórias comumente utilizadas para falar dos povos indígenas, foram sendo criadas leis e regulamentos que visam suscitar a discussão sobre a temática indígena na escola. Especialmente nas últimas décadas, este tema desponta como um assunto relevante a ser inserido no currículo escolar. E tem sido inserido como tema transversal, vinculado à diversidade cultural brasileira, ou como temática que atravessa e perpassa diferentes conteúdos escolares.

Este Encarte, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), tem o objetivo de contribuir para que a questão indígena possa ser, de fato, inserida nas salas de aula e colabore para que a riqueza, a diversidade e a atualidade das culturas indígenas possa ser reconhecida.



Como a temática indígena se faz presente na escola?

A temática indígena já vem sendo discutida há muito tempo no espaço escolar. Por que, então, hoje é necessária uma lei que obrigue a sua abordagem? Uma das razões é que, mais do que falar dos índios na escola, é necessário rever as formas como essa questão é inserida nos currículos, nos livros didáticos, nas imagens e mensagens que chegam aos alunos da Educação Básica.

O equivocado “Dia do Índio”

De uma maneira geral, nossos primeiros encontros com a temática indígena no contexto escolar ocorrem nas comemorações do “Dia do Índio”. Mas quais são os efeitos de se falar sobre os povos indígenas inserindo-os num discurso comemorativo? A data de 19 de abril foi eleita no I Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Patzcuáro, México, em 1940. Escolhida para homenagear o herói indígena asteca Cuauhtemoc, a data deveria ser confirmada por todos os países latino-americanos, signatários das decisões desse Congresso. No Brasil, o “Dia do Índio” foi introduzido em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas, através do decreto nº 5.540.

Merece destaque o caráter ufanista e nacionalista que marca, nas primeiras décadas do século XX, a vida política e pública, fato que colabora para conferir validade ao discurso comemorativo como porta de entrada para a temática indígena na sala de aula. E, dessa forma, o tema “índios” passa a compor os currículos escolares, mas de modo pontual, enquadrado numa perspectiva comemorativa, dificulta uma abordagem mais profunda da temática, que considere os conflitos, genocídios e as violências (afinal, sofrimento e tristezas não “cabem” num momento de comemoração).

Conversando com estudantes universitários, muitos recordam que a questão indígena era tratada, em seus tempos de Educação Básica, apenas nas comemorações do “Dia do Índio”. Destacam-se os depoimentos de dois alunos que hoje cursam diferentes licenciaturas:

O que me marcou mais foi aquela coisa da data, porque na escola sempre foi muito forte e, então, se fazia cocar de índios e a gente se enfeitava. Lembro que a gente se pintava, e eu não gostava daquilo. A gente se enfeitava de índio naquele dia, como se ser índio fosse só uma coisa de enfeite.

Tenho uma filha, de 7 anos e hoje resolvi olhar o caderno dela para ver o que a professora havia feito no dia 19 de abril. Fiquei surpresa quando vi a folha de xerox colada no caderno dela, com uma figura de índio numa oca, de arco e flecha, no meio de árvores, e escrito “para colorir”, e mais abaixo, em letras grandes, “19 de abril: Dia do Índio!” Parecia que eu havia voltado no tempo. Era só uma imagem, mas fiquei pensando que é esse o índio que ficará guardado na memória das crianças, como ficou na minha. Aquela figura, nua, com peninhas na cabeça, que vive com os animais e mora em uma oca.

Estes depoimentos mostram como a temática indígena está presente na escola há muito tempo e ecoa nas memórias dos estudantes. Eles dão visibilidade a um conjunto de experiências escolares mais ou menos comuns: comemorar o “Dia do Índio” produzindo representações genéricas; pintar o rosto, colocar sobre a cabeça cocares feitos com papéis coloridos; sair pelo pátio gritando “u-u-u-u”. Vale a pena perguntarmos se não são essas, ainda, as principais formas de falar dos povos indígenas nas escolas contemporâneas.



A ocupação do plenário da Câmara dos Deputados, em abril de 2013, e os constantes protestos nas ruas do país mostram que os indígenas protagonizam a luta por seus direitos

Sobre essa abordagem comemorativa e fechada em uma data, é importante considerar que ela não dá conta da complexidade da vida indígena. Ao contrário, essa abordagem simplifica, utiliza generalizações, caricaturas, faz com que as culturas indígenas pareçam simples e sem sentido. Em geral, neste contexto, circula um conjunto fixo de informações sobre os índios, muitas vezes descontextualizadas e pouco significativas para os estudantes.

Tal abordagem empobrece os modos de vida indígenas, dando ênfase apenas às práticas consideradas folclóricas. Um índio genérico serve de referência para o discurso escolar, silenciando a existência dos diferentes povos, com suas variadas histórias, conhecimentos, saberes e formas de ser e de viver. Uma política de comemorações pode ser estratégica para a abordagem de alguns assuntos, considerados periféricos, mas é preciso reconhecer que ela dificulta a circulação de outras histórias, de outras informações que não podem ser comemoradas, tais como os sofrimentos, as violências praticadas contra os povos indígenas no passado e no presente e os atuais enfrentamentos em torno dos direitos e das terras.



FELIZ DIA DO ÍNDIO
19 de Abril

Certas datas comemorativas marcam momentos de glória e bravura, tal como o chamado “descobrimento”, a independência e a proclamação da República; outras lembram sujeitos submetidos às políticas nacionais, representados de maneira festiva e posicionados como partes da totalidade nacional, como é o caso dos negros e dos indígenas. O efeito mais imediato dos discursos comemorativos é dar legitimidade a certas versões do passado e, ao mesmo tempo, naturalizá-las, demonstrando sua validade no presente e confirmando que as coisas são o que são, e não poderiam ser diferentes.

A fragmentada história brasileira

Em outros depoimentos de universitários fica evidente que, além do “Dia do Índio”, são raros os momentos em que se aborda a temática indígena. Forçando um pouco a memória, eles destacam que ouviram falar ou viram imagens dos índios em alguns episódios da história brasileira. É exemplar o depoimento que se segue:

A gente não ouve muita coisa sobre os índios quando está estudando, e mesmo na parte da História, não penso que seja bem apresentado. Eles aparecem aqui e ali, pode



Nas escolas, a temática indígena é vinculada apenas a certos episódios históricos, geralmente ocorridos no passado

ver, mas não tem uma coisa continuada... parece mesmo que eles foram varridos em certas passagens da história... Depois, opa, eles aparecem outra vez, como que do nada. Isso me deixa pensando, por que será que não tem sequência? Será que é porque eles não atrapalhavam nem ajudavam? Será que não faziam diferença na História?

Pode-se perceber que a questão indígena é inserida nos currículos de forma fragmentada. Estudos sobre as produções didáticas mostram que a temática indígena é vinculada particularmente a certos episódios históricos que constituem os discursos oficiais. Em livros didáticos de História, por exemplo, há referências aos povos indígenas naqueles capítulos que tratam do “descobrimento” do Brasil; das Missões Jesuíticas, das Entradas e Bandeiras e, em tais episódios históricos, eles não são os protagonistas e sim os *outros*, aqueles que integram uma paisagem tida como selvagem e inóspita e que desafiam os colonizadores nas sagas empreendidas em nome do *progresso da nação*.

Esse tipo de abordagem não favorece um verdadeiro entendimento do lugar histórico e da presença atual dos indígenas no contexto nacional. O que permanece é um sentimento de insignificância, de passividade e de submissão desses povos.

Vale a pena lembrar que os currículos escolares são compostos através de uma seleção de assuntos considerados

socialmente relevantes. E no currículo, os diferentes grupos sociais, suas formas de pensar e suas demandas não são levados em conta tal como deveriam. Em muitos livros didáticos, ainda hoje, são privilegiadas as versões oficiais dos acontecimentos históricos que legitimam processos coloniais e genocídios, narrando-os como “atos de bravura” e feitos heróicos.

Outro exemplo é o modo como, em geral, são retratados os movimentos populares em certos livros didáticos. Eles são definidos como rebeliões, insurreições, levantes, guerrilhas, motins, revoltas, ou seja, como algo que precisou ser contido e disciplinado. Esses movimentos são narrados a partir de alguns (poucos) acontecimentos dispersos, omitindo-se os conflitos sociais, as estratégias de poder e os projetos em disputa naqueles contextos.

Nas páginas de tais livros, os povos indígenas raramente são retratados na abordagem da história contemporânea, fato que colabora para identificá-los com o passado, como culturas que desapareceram ou são atualmente inexpressivas, desnecessárias.

Contribuição servil

Outro aspecto a considerar, em relação às abordagens mais comuns da temática indígena, é a valorização das contribuições destes povos e culturas, a herança e os aprendizados que nos passaram. As “contribuições indígenas” à cultura nacional, em geral, são associadas ao domínio de plantas comestíveis, de conhecimentos sobre o meio ambiente, aos nomes de coisas e lugares, como também aspectos como a sociabilidade, a “naturalidade” do povo brasileiro e seu “amor à natureza”. Se pensarmos nas características associadas à herança europeia, veremos que são outros, bem diferentes: “apego ao trabalho”, conhecimento científico, civilidade, tecnologia. Isso significa que até mesmo na valorização da herança que supostamente o povo brasileiro recebeu dos índios e dos brancos existe desigualdade. Quais características, indicadas anteriormente, são mais valorizadas na nossa cultura?

O depoimento de um estudante do Ensino Superior ainda acrescenta mais um aspecto interessante: “Costumamos pensar nas coisas que eles trouxeram e contribuíram para a cultura branca. Lembramos dos nomes das coisas, das comidas que a gente aprendeu com eles... e só! Acabamos ficando com uma visão daquilo que eles nos servem, né?”. Em outras palavras, esse estudante nos faz pensar na visão utilitarista das culturas indígenas. Deste ponto de vista, deveríamos valorizar os povos indígenas pela utilidade que eles tiveram ou têm para nós. Assim, ignora-se que são

Luiz Walter de Souza



Os seculares saberes e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas não são valorizados como a herança europeia



culturas plenas, complexas, atuais, que não vivem para servir a nenhum interesse maior, da cultura dominante. É intrigante constatar que também mantemos uma relação utilitária com outros seres vivos, tais como os animais. A brilhante crônica de Carlos Drummond de Andrade aborda a “utilidade dos animais” e nos estimula a refletir sobre esta concepção utilitarista. Leia parte dela no quadro abaixo. Enquanto pensarmos nos povos indígenas apenas pelo que com eles aprendemos, ou pelas contribuições que deram para a nossa cultura, estaremos estabelecendo também com eles uma relação utilitária e, assim, dificilmente produziremos uma relação igualitária.

É no cotidiano, nas ações rotineiras e aparentemente banais que a escola produz diferenças e desigualdades. É também nesses espaços cotidianos que os sujeitos constroem suas respostas, suas resistências, suas adesões. Se, em práticas pedagógicas, a temática indígena é tratada de forma pontual e fragmentada, ocupando um lugar subordinado e complementar, isso servirá para naturalizar um lugar desigual para os povos indígenas. Cabe a nós,



As culturas indígenas são plenas, complexas, atuais e não vivem para servir a nenhum interesse maior, da cultura dominante

professores, inventarmos novas abordagens, para que os alunos possam tomar contato com outras versões da história brasileira e outras informações sobre as culturas indígenas, de modo a colocar um fim à invisibilidade que hoje os povos indígenas estão relegados.

Da utilidade dos animais

Carlos Drummond de Andrade

Terceiro dia de aula. A professora é um amor. Na sala, estampas coloridas mostram animais de todos os feitios. É preciso querer bem a eles, diz a professora, com um sorriso que envolve toda a fauna, protegendo-a. Eles têm direito à vida, como nós, e, além disso, são muito úteis. Quem não sabe que o cachorro é o maior amigo da gente? Cachorro faz muita falta. Mas não é só ele não. A galinha, o peixe, a vaca... Todos ajudam.

- Aquele cabeludo ali, professora, também ajuda?
- Aquele? É o iaque, um boi da Ásia Central. Aquele serve de montaria e de burro de carga. Do pêlo se fazem perucas bacanas. E a carne, dizem que é gostosa.
- Mas se serve de montaria, como é que a gente vai comer ele?
- Bem, primeiro serve para uma coisa, depois para outra. Vamos adiante. Este é o texugo. Se vocês quiserem pintar a parede do quarto, escolham pincel de texugo. Parece que é ótimo.
- Ele faz pincel, professora?
- Quem, o texugo? Não, só fornece o pêlo. Para pincel de barba também, que o Arturzinho vai usar quando crescer.

Arturzinho objetou que pretende usar barbeador elétrico. Além do mais, não gostaria de pelar o texugo, uma vez que devemos gostar dele, mas a professora já explicava a utilidade do canguru:

- Bolsas, mala, malas, tudo isso o couro do canguru dá pra gente. Não falando da carne. Canguru é utilíssimo.
- Vivo, fessora?
- A vicunha, que vocês estão vendo aí, produz... produz é maneira de dizer, ela fornece, ou por outra, com o pêlo dela nós preparamos ponchos, mantas, cobertores, etc.
- Depois a gente come a vicunha, né fessora?
- Daniel, não é preciso comer todos os animais. Basta retirar a lã da vicunha, que torna a crescer...
- A gente torna a corta? Ela não tem sossego, tadinha.
- (...)
- Ai de nós se não fossem os animais que nos ajudam de todas as maneiras. Por isso que eu digo: devemos amar os animais, e não maltratá-los de jeito nenhum. Entendeu, Ricardo?
- Entendi, a gente deve amar, respeitar, pelar e comer os animais, e aproveitar bem o pêlo, o couro e os ossos.

Rupturas possíveis

São muitas as experiências desenvolvidas em escolas que têm transformado as abordagens sobre a temática indígena. Muitas escolas optam por realizar visitas a aldeias indígenas, oportunizando aos estudantes um contato direto com a realidade dos povos de seu município ou

região. Outras escolas têm optado em garantir a presença de convidados indígenas em determinadas situações, proferindo palestras, participando de feiras, vendendo artesanatos. Estas duas formas de encontro direto com comunidades indígenas podem ser produtivas para que a temática indígena receba um tratamento adequado.

Outras escolas têm desenvolvido projetos de trabalho sobre os povos indígenas e, desse modo, possibilitam aos estudantes um processo continuado de pesquisa, de estudo, de reflexão sobre quem são e como vivem diferentes etnias no Brasil.

Há uma grande variedade de materiais circulando na atualidade, especialmente na internet, cuja autoria é indígena. São sítios eletrônicos e blogs nos quais são postadas imagens, relatos da vida cotidiana, depoimentos e estratégias atuais de luta, entre outros. E o professor pode contar também com outras fontes de informação de inegável seriedade. Veja no quadro ao lado uma lista de fontes de pesquisa sobre a temática indígena.



O Brasil possui uma das maiores diversidades de povos do mundo, que merecem ser conhecidos e valorizados

Para saber mais

Filmes

Índios no Brasil, Vincent Carelli - www.youtube.com/watch?v=QQA9wuGgZjI

A Trama do Olhar, Glória Albuês - www.youtube.com/watch?v=LtfZqX-Jk0A

HQ

MACEDO, Sérgio. *Povos indígenas em quadrinhos*. Editora Zaratana, 2012.

Livros

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed., São Paulo: EDUSP, 2008.

CUNHA, M. C. da. (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (Orgs). *A temática indígena na escola*. São Paulo, Global, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús, *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2008.

PREZIA, Benedito. *Terra à Vista – Descobrimto ou Invasão?* Editora Moderna. 1996.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawal Leal (Orgs). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo, Global, 2001.

Sítios eletrônicos

www.cimi.org.br

www.indioeduca.org – especialmente a parte “Ajudando o Professor”

www.pibmirim.socioambiental.org.

Vale a pena lembrar...

Em 2008 foi promulgada a Lei nº 11.645, que altera o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinando que: “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. A lei também define que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”.

Encarte Pedagógico I
Culturas Indígenas na sala de aula

TEXTO: Iara Tatiana Bonin

EDIÇÃO: Patrícia Bonilha

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

www.cimi.org.br